

Suruagy: a política no idioma economês

Divaldo Suruagy, o mais jovem dos atuais governadores, é também o menos crédulo na eficácia de um projeto político. Para ele, um diplomado em Economia, a transcendência das questões econômicas, num país tão carente como o nosso, é evidente, e a elas se deve condicionar a solução de toda a problemática política.

Essa é a própria história do Brasil, desde a independência, afirma Suruagy. A Guerra dos Mascates, a Guerra dos Emboabas, a Conjuração Mineira, todos os grandes movimentos políticos nacionais tiveram sua causa fundada numa imposição econômica.

Não há de ser agora — raciocina ele — que poderemos encontrar soluções distintas para problemas afins. O econômico e o político são um ou, mais propriamente, o segundo é uma consequência do primeiro.

Essas opiniões de Divaldo Suruagy foram emitidas no *Jornal de Brasília* no decorrer de sessenta minutos de conversa com os repórteres, durante os quais ele revelou outros aspectos do seu pensamento.

Sobre o sistema bipartidarista, acredita estar ele em teste nas eleições deste ano e apresenta a fórmula de retirar delas a lição que se procura: se os partidos brigarem entre si, internamente, e não apenas com o partido adversário, ter-se-á caracterizada a quebra de unidade, cujo fim é a fragmentação em outras correntes partidárias.



Admito o direito que tem cada ser humano de defender suas idéias políticas

P. — Como o Sr. vê a realidade política atual do país? quais os seus desdobramentos previsíveis.

R. — A eleição do futuro Presidente da República, o general João Baptista Figueiredo, caracterizará, não apenas uma continuidade administrativa, mas, principalmente, a continuidade de um grande compromisso assumido pela Revolução, através seus presidentes, e, no caso, em particular, pelo presidente Ernesto Geisel, de perseguir, obstinadamente, a plenitude democrática. Evidentemente, fatores têm influenciado para que isso seja mais rápido e mais gradualizado, como consequência de crises econômicas, de fatores internos e externos, que alteram a velocidade do processo. Entretanto, o que todos nós consideramos pacífico e altamente positivo é que esse objetivo jamais deixou de ser perseguido, jamais deixou de ser tenazmente procurado, e o general João Baptista Figueiredo tem um compromisso com a nação de continuar nessa busca da implantação da plenitude democrática, que se constitui no desejo de todos nós.

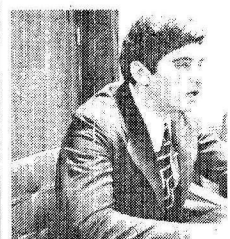
P. — Como o Sr. vê essa plenitude democrática? Como se chegaria a ela: a anistia geral estaria incluída?

R. — Quanto à anistia geral, somos favoráveis à anistia para aqueles que tiveram algum cerceamento, como consequência da defesa de suas teses políticas que, concordando ou não com elas, julgando-as válidas ou não, temos que admitir o direito que cada pessoa, cada ser humano, deve ter de defender suas teses, suas idéias políticas; mas somos contrários à anistia para aqueles que, na defesa de suas idéias, mataram inocentes, colocaram bombas em aeroportos, em logradouros públicos, matando pessoas que nada tinham que ver com as lutas políticas que a nação pudesse estar enfrentando. Esta é a minha conceitualização do processo de anistia. Não podemos estender anistia para o criminoso comum, porque a partir daí começariam advogados inteligentes a argumentar que aquele crime teve uma implicação política; aí se tornaria difícil essa separação. Sou francamente favorável à anistia para aqueles que defendem suas teses, concordando ou não com elas — isso independentemente de cada pessoa humana ter o direito de defender seus pontos de vista.

P. — Gostaria de convidá-lo agora a uma reflexão sobre um aspecto que me parece importante na atualidade política: é que há uma certa perplexidade em face dos rumos que o país poderá tomar; temos de um lado, um executivo extremamente forte, que não compartilha suas decisões; e de outro lado, dois partidos: a Arena, que é governista, mas não governa, e o MDB, que é normalmente discursivo, mas não apresenta alternativas viáveis. Há, portanto, um quadro crítico. Em face dele, qual a sua posição? Considera o Sr. que há uma revolução permanente em curso no país? Estamos a caminho de uma mexicanização no Brasil? Qual é a sua ver, a estratégia do Governo?

R. — Acredito vivamente no objetivo da Revolução, o que temos anunciado bastante: a plenitude democrática, a moralidade administrativa, a correção de desníveis re-

gionais e, ao mesmo tempo, através da solução desses problemas, um processo de amadurecimento político. Esse objetivo é permanente, independente de governantes; ele é o alvo maior a ser atingido. Então, seria revolução no sentido da conquista desses objetivos. Esta é a tese que defendo. Mas, quanto ao modelo mexicano, acho que ninguém o está buscando para o Brasil, mesmo porque temos uma realidade sócio-econômica totalmente distinta da do México, e histórica.



As próximas eleições serão o grande teste do sistema partidário

O México, foi uma nação traumatizada pela perda de uma faixa enorme do seu território, através de guerras com seus vizinhos. O Brasil, ao contrário, é um país sem grandes traumas, e não tem, no caso, essa vivência mexicana. Assim, acho que não estamos em busca de um modelo político do México para sua implantação no Brasil, e o bipartidarismo acho que vai ter seu grande teste nessa sua segunda fase. Todos sabemos que, no Brasil, os partidos que mais duraram foram o Liberal e o Conservador. Então, essa experiência bipartidária na República, no meu modo de ver as coisas, terá seu grande teste agora, nas eleições de novembro — ou se consolidará, ou se inviabilizará.

Mas independe — e aí que quero tentar responder sua pergunta — de vitórias de partidos, seja "a", seja "b"; ele se consolidará em função da aglutinação de todos os principais líderes dos partidos em torno de idéias e de princípios. Recentemente, tivemos um espetáculo muito interessante: a eleição dos líderes da oposição, tanto na Câmara, como no Senado. A bancada do MDB na Câmara ficou praticamente dividida em dois, quando a vitória do deputado Tancredo Neves foi por dois votos; bastava um ter mudado de idéia, e teria surgido o empate. E no Senado esse empate ocorreu durante três eleições consecutivas, tendo sido de dez a dez. Isso caracteriza que o MDB, no mínimo, se constitui em dois partidos, e o que é curioso — e o Sr. que é um bom analista político deve ter observado — é que a divergência não está em torno de homens, mas em torno de idéias. Já a Arena, no mínimo, dá dois partidos, sendo que em alguns estados dá até três; está aí caracterizado o problema.

Mas vamos colocar todos esses conflitos e essas paixões para serem esclarecidos nesse pleito de novembro. Aí, repito, ou se consolidará, ou se inviabilizará. Sempre defendi a tese dos quatro partidos, os Srs. já devem ter lido alguma das minhas declarações nesse sentido. Concordo em que o bipartidarismo viva a sua grande experiência, o seu grande teste, nessas eleições de novembro de 1978.

P. Por que não se convocar, então, uma Constituinte, ou extinguir os partidos antes das eleições?

R. Aí teremos duas colocações a fazer: primeiro, estamos a menos de um ano do término do atual Governo, e, talvez, se eu fosse Presidente não gostaria de extinguir os partidos no meu mandato. Inclusive há um outro aspecto interessante que seria conveniente analisarmos, ou seja, a voz da nação através do processo eleitoral de novembro. Essas eleições — e não discuto que elas tenham caráter plebiscitário — serão o grande termômetro para se analisar as grandes tendências do país. Uma eleição sempre traz no seu bojo, para os analistas políticos, a grande oportunidade de se analisar qual o rumo que o povo está querendo seguir, quais as tendências daquela sociedade. Então, essas eleições serão uma boa experiência para se saber se o povo está querendo mesmo o bipartidarismo. Pode ser que a nação, a maioria, não esteja mesmo querendo o sistema bipartidário; portanto, é sempre conveniente aguardarmos o processo eleitoral. E qual seria a fórmula estadual para se analisar as tendências estaduais? Vejamos o seguinte: se a Arena ou o MDB, em qualquer Estado, brigassem mais entre si do que contra os adversários, isso estaria caracterizando uma falta de unidade partidária; se as maiores pendências na Justiça Eleitoral surgem entre os componentes daquele mesmo Partido, caracteriza-se, então, a inexistência de uma unidade suficiente para a manutenção de um sistema bipartidário. E dou aos Srs. mais uma idéia: analisem na Justiça Eleitoral as origens das pendências eleitorais, se elas partem mais da Arena ou do MDB, ou de emedebistas, ou de arenistas, ou de arenistas. Seria uma idéia que deixaria ao *Jornal de Brasília* para que fosse feita uma pesquisa nesse sentido. Acho que os Srs. teriam uma surpresa até interessante.

P. Qual seria, a seu ver, o novo pacto político possível ou desejável no Brasil de hoje? Tivemos em 1964 o pacto das Forças Armadas com o povo, que resultou na Revolução; tivemos, em 1968, uma introposição no regime, que deu causa à hegemonia das Forças Armadas. De lá para cá o quadro se alterou. Que novo pacto poderia ser buscado?

R. Esse grande pacto é o objetivo maior da Revolução, e foi o que tentei definir no início dessa nossa entrevista.

ta: a conquista da plenitude democrática, através da moralidade administrativa, da correção dos desníveis regionais e sociais. Quando a nação encontrar isso teremos, então, paralelamente, atingido nosso amadurecimento político. Sabemos todos que há influências tremendas que, na prática, ocorrem entre o poder econômico e um processo eleitoral, onde a oposição, em determinadas regiões do Brasil, não é tanto uma consciência de um sentimento de oposição, mas sim um grito de dor: é aquela pessoa que acordou, de madrugada, e entrou na fila de um Instituto de Previdência para receber um auxílio; é aquela pessoa que está desempregada; é aquela pessoa que fez um curso superior, depois de tantas lutas e obstáculos, e não consegue um emprego com um salário à altura do esforço que fez. Então, essa pessoa começa a transferir todas essas frustrações e revoltas para um conjunto social que é configurado na pessoa de um Governo. Essa pessoa vota contra, sem ter exatamente a noção do sentido de oposição. A verdade é que nos grandes centros urbanos observamos uma tendência oposicionista, e há até uma piada que diz ser muito fácil ganhar uma eleição na cidade de São Paulo, bastando entregar o Governo ao MDB que, na próxima eleição, isso seria conquistado com facilidade. A tendência é que todas as nossas capitais se constituam de cidades inchadas, isto é, cidades com população superior à sua capacidade de alimentação, de colocação de emprego, de educação, etc. Então, existe uma massa enorme que está sofrendo um processo de marginalização. Uma pessoa, por exemplo, que esteja para fazer um tratamento de saúde e não consegue um leito num hospital; uma pessoa que quer educação para seu filho e não consegue uma vaga numa escola; uma pessoa que quer um emprego e não consegue obtê-lo. Então, tudo isso, essa insatisfação e essa angústia são transferidas para o que significa uma alteração do quadro. Isto ocorre principalmente num país latino-americano com o nosso, onde as emoções têm uma influência enorme sobre as decisões, e onde há essa transferência.

P. A uma pergunta sobre dificuldades políticas o Sr. opôs uma resposta sobre dificuldades econômicas. O Sr. considera, então, que chegamos ao modelo político adequado e que os nossos problemas são de ordem econômica e não política?

R. Naturalmente. Quero deixar bem claro que pode ser que seja uma declaração de minha formação cultural. Sou formado em Economia, e costumo colocar o problema sob o ângulo econômico antes que o político. Querida, desde logo, pedir desculpas por esta deformação, talvez, do meu modo de ver as coisas.



Se Magalhães fosse o candidato, faria a convenção as críticas que faz?

Primeiramente quero dizer o seguinte: um modelo político nunca é estável, porque ele vive em função de uma sociedade, ele é um espelho de uma sociedade; a sociedade é dinâmica. Analisemos, então: as grandes encruzilhadas econômicas que o Brasil viveu ao longo de toda sua História, todas elas têm gerado transformações políticas-institucionais profundas dentro da nossa sociedade. Quando o Nordeste perdeu o controle econômico do Brasil, pois sabem os senhores que durante os longos primeiros anos de nossa História quem dominava o nosso país, economicamente, era o Nordeste, através do açúcar, do qual o Brasil era o maior produtor mundial, e nessa época a capital do Brasil estava em Salvador, que era no Nordeste, porque as decisões políticas têm que ficar muito ao lado do centro das decisões econômicas. E quando os holandeses foram expulsos de nosso território e se fixaram nas Antilhas, 27 anos depois, o Brasil perdia a liderança do açúcar em favor de Cuba, que estava, geograficamente, muito mais perto dos Estados Unidos, o grande mercado que já surgia, e muito mais próximo, também, da Europa. Tivemos, aí, então, a primeira grande encruzilhada econômica do país. Com a descoberta de ouro no Brasil Central, e como todo nosso ouro era exportado pelo Porto do Rio de Janeiro, ocorreu logo a transferência da capital da cidade de Salvador para o Rio, porque as decisões tinham que ficar lá na cidade do Rio de Janeiro. Aí, nesse terceiro século da nossa História tivemos o surgimento da classe média no Brasil, exatamente porque o ouro proporcionava um enriquecimento fácil. Então, milhões de pessoas se deslocaram da Europa, principalmente de Portugal, em busca do enriquecimento fácil no Brasil, porque a estrutura profundamente conservadora e aristocrática da cultura canavieira não permitia que alguém penetrasse nela. Enquanto levamos duzentos anos para chegar a uma população aproximada de trezentos mil habitantes, em apenas um século, passamos para três milhões e trezentos mil; nós duplicamos a nossa população.

Então, o declínio do ouro, que segundo alguns historiadores foi responsável pelo surgimento da revolução industrial no mundo, que se iniciou na Inglaterra, porque o ouro era imediatamente canalizado para a

Inglaterra, e o volume do ouro descoberto no Brasil foi superior ao ouro descoberto na América espanhola, no início da colonização, no México e no Caribe, então, nós viveríamos, aí, nessa fase, nossa segunda grande encruzilhada econômica; ela traria outros movimentos. A partir daí tivemos a Guerra dos Mascates, a Guerra dos Emboabas, a Conjuração Mineira, etc. Mas, a Independência surgiria como? Exatamente quando D. João VI veio para cá, com toda sua corte, e nós começamos a comercializar diretamente com os demais países do mundo, e isto queria dizer a Inglaterra, porque todas as demais nações estavam dominadas por Napoleão. E observem os senhores como as decisões econômicas interferem até no relacionamento com os países.

Quando Napoleão foi derrotado e D. João VI reagiu a idéia de voltar a Portugal, nós estávamos então acotados, nós os grandes produtores do Brasil, a ter o seguinte relacionamento comercial: mandávamos direto a Londres, e voltávamos a mandar para a cidade de Porto todos nossos produtos, pagando despesas, tarifas de armazenagem, tarifas alfândegárias, e de lá eram os produtos enviados para Londres e outras grandes



“A política é condicionada pela econômica. A história tem-nos demonstrado”

capitais. Então, coincidiram os interesses dos importadores com os dos exportadores. E qual foi o país que pressionou Portugal, diplomaticamente falando, a reconhecer a independência do Brasil? Foi a Inglaterra, exatamente porque tinha ela interesse nos produtos das colônias. O primeiro país a nos reconhecer como nação independente foram os Estados Unidos e depois a Inglaterra. Observem, portanto, como as decisões econômicas têm uma influência violenta nas decisões políticas. E já com D. Pedro I, ele conseguiu que um dos membros da Família Real fosse o instrumento do processo. E observem a habilidade dele, porque D. Pedro I estava renunciando a quê? Aquilo que seria dele. Então ele renunciou a Portugal para ficar com o Brasil. Mas, como todo o nosso povo já estava acostumado a prestar obediência aos membros da Família Real, então continuávamos a prestar obediência à figura do imperador, evitando, assim, todo um desmembramento da América portuguesa, assim como havia ocorrido com a América espanhola.

Mas, a solução dos problemas econômicos do Brasil independia de homens: são as conjunturas que interferem, nacionais e internacionais. E quando D. Pedro I não conseguiu estabilizar a situação econômica do Brasil, ele passou a enfrentar uma série de convulsões de ordem política, originárias principalmente devido ao seu temperamento, que era o 8 ou o 10, de gestos de extrema fidelidade e benevolência para de extremo despotismo. Então, a 7 de setembro de 1831 D. Pedro I renunciou, exatamente porque não conseguiu estabilizar a situação econômica do Brasil. Implanta-se, então, o regime regencial, e eles também não conseguiram, pois as regências Trina e Una se constituíram no período mais difícil da História do Brasil. Quantas revoluções tivemos então? Farroupilha, a Balaia, a Sabinada, a Inconfidência Baiana, enfim, toda uma série de movimentos todos eles com tendências separatistas, exatamente porque desaparecera o domínio de uma região sobre as demais, exatamente o domínio econômico, e da mesma forma ocorreu com o domínio político: então, cada região se julgava suficientemente forte para se tornar independente. Em 1840 o café, pela primeira vez, dá superávit na balança comercial internacional. E o que é que acontece de importante, em termos políticos, nessa data de 1840? Os grandes fazendeiros foram buscar um menino de 15 anos para fazer dele o Imperador do Brasil. Em que pé ficou a República? Todos nós sabemos que em 1888, quando a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea, o Partido Republicano só tinha dois deputados, e um ano depois foi implantada a República. Por quê? Porque todo o conceito de riqueza da época não era nem em número de hectares que cada proprietário possuía; era o número de braços de escravos. Eles ficaram profundamente inconformados com a Coroa, e passaram a apoiar as teses republicanas e pouco tempo depois a situação era outra. Já a Revolução de 1930, todos nós sabemos, foi uma consequência do craque da Bolsa de Nova Iorque de 1929. Então, não estamos isolados, daí por que merece ser destacada, no Governo do presidente Ernesto Geisel, uma crise internacional violenta, em termos econômicos, e que, segundo alguns economistas, foi de maior intensidade do que a de 1929, da Bolsa de Nova Iorque, e conseguimos atravessá-la exatamente porque tivemos um grande líder; ele conseguiu atravessar e conseguimos ultrapassar a crise sem maiores traumas, e observemos que outras nações estão sofrendo as consequências.

Então, estou perfeitamente convencido de que as decisões políticas vêm como consequência das decisões

P. Magalhães Pinto foi marginalizado por seu partido?

R. Não, eu não diria que há um processo de marginalização. Talvez o seguinte: houve um inconformismo do senador Magalhães Pinto por não ter sido o escolhido. O que caberia a ele era ir para a convenção defender sua candidatura, apresentar seus argumentos, e se render ao resultado. Por que, se fosse o inverso — se era os Srs. já se fizeram essa pergunta? — se o senador Magalhães Pinto tivesse sido o escolhido pelo presidente Ernesto Geisel, seria que ele estaria lá? Evidentemente que não. E sempre bom fazer esse tipo de pergunta. Acho legítimo, e me congratulo com o senador Magalhães Pinto pelo direito de postular: gostaria que ele levasse sua candidatura à convenção do seu partido, defender o porquê e a razão da sua candidatura, e se render aos resultados, que são o princípio da maioria. Se ele não foi o escolhido, paciência; mas não é por isso que vai ameaçar, vai querer isso ou aquilo. A cada ação corresponde uma reação. Sempre louvei e sempre destaquei a candidatura do senador Magalhães Pinto como um legítimo direito dele, como de qualquer um dos companheiros que possuem credenciais para tanto, postular uma indicação do seu partido para Presidente da República, ir para a convenção defender os porquês e as razões da sua candidatura, e se render a decisão daquele colégio, e não transformar isso numa questão pessoal de querer denunciar o partido, de querer fazer críticas aos companheiros. Se tivesse ganho, seria que essas críticas teriam sido feitas?

P. Olhando sob esse prisma, não há dúvida de que o Sr. está correto, mas é preciso determinar até onde a Convicção é soberana, ou seja, até onde ela pode, efetivamente, exercer seu direito de decidir.

R. Segundo sei, nada impedia, como nada impede ao senador Magalhães Pinto, ou qualquer outro companheiro, de colocar seu nome em julgamento.

P. Mas, em face da realidade política atual, não seria isto uma atitude quixotesca?

R. Não, e aí eu volto à sua pergunta: se tenho um objetivo a atingir, que é o de dar uma contribuição a um processo de definição de uma tese democrática, então tenho um só candidato apenas para caracterizar. Faço as minhas colocações, defendo meus

pontos de vista, e me rendo à decisão da maioria. Já imaginaram se em cada convenção partidária o derrotado deixasse de apoiar? A votação é quem quiser. O que há, evidentemente, em qualquer agremiação partidária, como em qualquer instituição, se não existir um princípio de hierarquia, é que pode surgir o caos. Estamos aqui, por exemplo, num jornal: existem regras estabelecidas: o editor político, o editor comercial, o diretor geral, qual a matéria que vai sair na primeira página. Se qualquer jornalista pudesse dizer qual a matéria que sairia na primeira página, falaria um comando no jornal. Há um grupo que decide, e como esse grupo que decide no jornal, há o grupo que decide na Arena, o grupo que decide no MDB, o grupo que decide numa empresa industrial.

P. O senador Paulo Brossard fez uma colocação interessante: disse que a solução para o impasse brasileiro seria adotar o programa da Arena.

econômicas. E claro que já pedi desculpas por uma deformação profissional: alguns acham que a política vem antes da economia, e eu acho que a economia dita as decisões políticas, e me apoio nesses exemplos que acabei de citar.

P. Acredita que a candidatura Magalhães Pinto tenha, de alguma forma, contribuído para acelerar o processo de redemocratização?

R. Não, como contribuição exatamente não acredito, porque na verdade, o senador Magalhães Pinto, como um dos principais líderes da Arena, julgou-se com o direito de postular a Presidência, mas como contribuição a essa busca ele jamais deixou de existir. Muitas vezes, determinados atos, determinadas posições surgem e ficamos indagando o porquê delas. Mas, só vamos entender a razão daquele ato, daquela decisão quando ocorrer fatos no futuro. Então, raciocinamos que foi bom ocorrer aquilo. Acho válido ele postular uma indicação. O que também quero acrescentar é que não há razão para tanto inconformismo, porque as regras estavam estabelecidas: sempre as lideranças decidiram quem seria o candidato do partido. Antes de 1964, as lideranças do partido diziam que o candidato era Adhemar de Barros, Jânio Quadros, Marechal Lott; o poder de opção eleitoral ficava limitado por uma decisão das lideranças. Portanto, penso que as lideranças do partido ao definirem quem era o candidato «x» seria o candidato «y», aquele candidato «x» não tem razão para ficar com grandes traumas, nem querer mudar de partido, porque se fosse ele o escolhido talvez não mudasse.

P. Magalhães Pinto foi marginalizado por seu partido?

R. Não, eu não diria que há um processo de marginalização. Talvez o seguinte: houve um inconformismo do senador Magalhães Pinto por não ter sido o escolhido. O que caberia a ele era ir para a convenção defender sua candidatura, apresentar seus argumentos, e se render ao resultado. Por que, se fosse o inverso — se era os Srs. já se fizeram essa pergunta? — se o senador Magalhães Pinto tivesse sido o escolhido pelo presidente Ernesto Geisel, seria que ele estaria lá? Evidentemente que não. E sempre bom fazer esse tipo de pergunta. Acho legítimo, e me congratulo com o senador Magalhães Pinto pelo direito de postular: gostaria que ele levasse sua candidatura à convenção do seu partido, defender o porquê e a razão da sua candidatura, e se render aos resultados, que são o princípio da maioria. Se ele não foi o escolhido, paciência; mas não é por isso que vai ameaçar, vai querer isso ou aquilo. A cada ação corresponde uma reação. Sempre louvei e sempre destaquei a candidatura do senador Magalhães Pinto como um legítimo direito dele, como de qualquer um dos companheiros que possuem credenciais para tanto, postular uma indicação do seu partido para Presidente da República, ir para a convenção defender os porquês e as razões da sua candidatura, e se render a decisão daquele colégio, e não transformar isso numa questão pessoal de querer denunciar o partido, de querer fazer críticas aos companheiros. Se tivesse ganho, seria que essas críticas teriam sido feitas?

P. Olhando sob esse prisma, não há dúvida de que o Sr. está correto, mas é preciso determinar até onde a Convicção é soberana, ou seja, até onde ela pode, efetivamente, exercer seu direito de decidir.

R. Segundo sei, nada impedia, como nada impede ao senador Magalhães Pinto, ou qualquer outro companheiro, de colocar seu nome em julgamento.

P. Mas, em face da realidade política atual, não seria isto uma atitude quixotesca?

R. Não, e aí eu volto à sua pergunta: se tenho um objetivo a atingir, que é o de dar uma contribuição a um processo de definição de uma tese democrática, então tenho um só candidato apenas para caracterizar. Faço as minhas colocações, defendo meus

pontos de vista, e me rendo à decisão da maioria. Já imaginaram se em cada convenção partidária o derrotado deixasse de apoiar? A votação é quem quiser. O que há, evidentemente, em qualquer agremiação partidária, como em qualquer instituição, se não existir um princípio de hierarquia, é que pode surgir o caos. Estamos aqui, por exemplo, num jornal: existem regras estabelecidas: o editor político, o editor comercial, o diretor geral, qual a matéria que vai sair na primeira página. Se qualquer jornalista pudesse dizer qual a matéria que sairia na primeira página, falaria um comando no jornal. Há um grupo que decide, e como esse grupo que decide no jornal, há o grupo que decide na Arena, o grupo que decide no MDB, o grupo que decide numa empresa industrial.

P. O senador Paulo Brossard fez uma colocação interessante: disse que a solução para o impasse brasileiro seria adotar o programa da Arena.



As lideranças é que decidem; as convenções homologam

R. Eu não diria isso. Diria que tanto o MDB quanto a Arena surgiram dentro de um processo revolucionário, e que são compostos de homens, com todas suas virtudes e com todos seus defeitos. E o que qualquer partido político tem como grande programa?

E a conquista do poder, é lógico, porque a conquista do poder possibilita a concretização de suas idéias. Daí o meu retorno àquela tese: por que a grande satisfação que gerou a reforma de abril com a inclusão dos vereadores no Colégio Eleitoral? É porque se conseguiu maioria para se fazer os governadores do Rio Grande do Sul, do Amazonas, do Acre, de São Paulo. Se não fosse feito isso, acham os Srs. que o MDB não aceitaria o Governo do Rio Grande do Sul, de São Paulo, do Amazonas e do Acre pelo processo indireto? Claro que aceitaria, como está aceitando o do Rio de Janeiro.

Portanto, penso que a colocação não pode ser feita nesses termos; há um sentido mais amplo. O que é importante — e eu deixaria uma ressalva, se os Srs. me permitissem — é que coloquemos os interesses da nossa Nação acima dessas questões partidárias, é que se discuta o substantivo, e nunca o adjetivo. Os Srs. já observaram como se discute, por horas e horas, sobre a colocação de determinados adjetivos? Somos uma Nação que está numa luta para corrigir um grande problema, que é o desnível social e o desnível regional. O grande problema é esse, e temos que corrigi-lo; temos que fazer com que um maior número de estados do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste participe da riqueza nacional; temos que fazer com que o maior número de brasileiros tenha um padrão de vida à altura das nossas necessidades. Estes são os grandes problemas do Brasil, e temos que corrigi-los; através dessa correção, garanto aos Srs., virá um processo de amadurecimento político.

P. — O senhor tem alguma proposta a fazer nessa área?

R. — Tenho: a luta constante e devotada para a conquista dessa correção: implantar-se indústrias de rendimentos nas regiões mais atrasadas do Brasil. Quero, inclusive, aproveitar para agradecer ao presidente Geisel pelo que tem feito nesse sentido, e vou dar o exemplo concreto de Alagoas. Alagoas jamais teria condições de sediar um complexo cloroquímico se não fosse pela decisão de um homem que está imbuído desse tipo de correção de desnível regional, como o presidente Ernesto Geisel. Restava São Paulo, Bahia e Alagoas no páreo, e, evidentemente, que foi uma decisão política de correção de desníveis regionais, porque se fosse uma decisão puramente econômica, a sede seria São Paulo; um meio termo técnico seria a Bahia, mas foi em Alagoas. Estamos enfrentando muitas dificuldades para implantar esse complexo cloroquímico e, em São Paulo, é lógico que se conseguiriam 900 milhões de cruzeiros com a maior facilidade. Mas o presidente Geisel decidiu que seria em Alagoas. Então, quando ele toma uma decisão desse nível, ele está muito convencido de que está tomando medidas para corrigir desequilíbrios regionais.

Realmente, esse é o maior problema dessa nação: fazer, cada dia, com que um maior número de brasileiros transponha as categorias sociais em que está vivendo.

P. — O senhor está deixando o Executivo e entrando para o Legislativo, para a Câmara dos Deputados. Qual é o grande ideal que lhe impulsiona nessa caminhada?

R. — Vou trazer uma experiência que figura já bastante grande para uma função legislativa federal. Comecei minha vida como um idealista na Prefeitura de Maceió. Um outro aspecto altamente vago que quero deixar claro é que a Revolução também trouxe dentro de si a possibilidade de fazer com que pessoas de classe média alcançassem posições de destaque. Em Alagoas, numa estrutura altamente concentradora, como é a da cana-de-açúcar, altamente aristocrática, um filho de um oficial de polícia dificilmente teria condições de governar o Estado. Comecei como diarista da força política que possuía.

P. — Resumindo o seu pensamento político, parece que o Sr. propõe que não nos preocupemos com as grandes dificuldades econômicas, com os grandes problemas econômicos, e deixemos que a política se opere como efeito dos resultados obtidos na área econômica.

R. — Em síntese poderia ser isso, mas não colocaria dessa forma; diria que, paralelamente, os dois poderiam ser feitos. A grande transformação política virá com a consolidação de um processo de desenvolvimento econômico. Isso nada impede que cada dia garantimos nossa luta em busca desses valores maiores que a humanidade estabelece: os conceitos de liberdade com responsabilidade, que são grande tônica da atualidade; o direito de respeitar suas idéias, discutí-las, e concordar ou não com elas.

Ao mesmo tempo, é a responsabilidade que posso, que os senhores possuem, de colocar essas idéias sem prejudicar terceiros. Isso nada impede, repito. Estou perfeitamente convencido de que as grandes decisões políticas, as grandes transformações políticas sempre virão no bojo de transformações econômicas, porque ao longo da história é isso que tem acontecido.